



ANGELA GOMES DA SILVA

RAFAELA AGUIAR FERREIRA CAMINHA

**IMPACTOS PSICOLÓGICOS ADVINDOS DO ISOLAMENTO EM COMUNIDADES
TERAPÊUTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Porto Velho

2022

ANGELA GOMES DA SILVA
RAFAELA AGUIAR FERREIRA CAMINHA

**IMPACTOS PSICOLÓGICOS ADVINDOS DO ISOLAMENTO EM COMUNIDADES
TERAPÊUTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Artigo apresentado no Curso de Graduação, em Psicologia do Centro Universitário São Lucas, 2022, como requisito parcial para obtenção do título de graduação.

Orientadora: Prof^a Ma. Gabrielle Selleri Bezerra

Porto Velho

2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ângela G. L. Silva e Rafaela A. F. Caminha
Acadêmico(a) ou acadêmicos(as)

Título: Impactos psicológicos advindos do isolamento em comunidades terapêuticas: uma revisão de literatura

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a):

Prof. M. Gabrielle Selleni Bezerra

Porto Velho, 22 de junho de 2022

Trabalho de Conclusão () aprovado ou () reprovado com nota total de 95
(noventa e cinco) pontos.

BANCA EXAMINADORA:

Titulação e nome completo: Prof. Esp. William Almeida Lins

Assinatura: William Almeida Lins

Titulação e nome completo: Prof. Me. Jaico Maia França

Assinatura: Prof. Jaico Maia França

Titulação e nome completo: Prof. M. Gabrielle Selleni Bezerra

Assinatura: Gabrielle Selleni Bezerra

IMPACTOS PSICOLÓGICOS ADVINDOS DO ISOLAMENTO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

CAMINHA, Rafaela Aguiar Ferreira ¹

SILVA, Ângela Gomes da ²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo a apresentação dos impactos psicológicos advindos do isolamento dentro de Comunidades Terapêuticas (CTs). Sendo assim, considera-se relevante a pesquisa de cunho bibliográfico, trazendo uma visão do que o isolamento causa na saúde mental dos indivíduos adictos internados em CTs para o tratamento de Transtornos por Uso de Substâncias, onde são privados de liberdade e perdem suas subjetividades. As referidas instituições caracterizam-se pelo isolamento dos internos, oferecendo um tratamento residencial fechado e embasado em uma brusca mudança de ambiente do indivíduo e de seus comportamentos para a devida reabilitação. Carvalho, Madeira Neri e Farias (2020) discorrem sobre alguns dos pilares que regem essas comunidades, sendo eles: convivência, trabalho e espiritualidade. Dado o exposto, diante da pesquisa realizada, acredita-se ser necessário um tratamento mais humanizado, dando atenção também a saúde mental, para que se obtenham resultados mais eficazes.

Palavras-chave: Comunidades Terapêuticas. Isolamento. Impactos psicológicos.

PSYCHOLOGICAL IMPACTS ARISING FROM ISOLATION IN THERAPEUTIC COMMUNITIES: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: This article aims to present the psychological impacts arising from isolation within Therapeutic Communities (TCs). Therefore, bibliographic research is considered relevant, bringing a view of what isolation causes in the mental health of addicted individuals hospitalized in TCs for the treatment of Substance Use Disorders, where they are deprived of their liberty and lose their subjectivities. These institutions are characterized by the isolation of the inmates, offering a closed residential treatment and based on a sudden change in the individual's environment and in their behavior for proper rehabilitation. Carvalho, Madeira Neri and Farias (2020) discuss some of the pillars that govern these communities, namely: coexistence, work and spirituality. Given the above, in view of the research carried out, it is believed that a more humanized treatment is necessary, also paying attention to mental health, in order to obtain more effective results.

Keywords: Therapeutic Communities. Isolation. Psychological impacts.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as Comunidades Terapêuticas (CTs) surgiram a partir do final da década de 1960, para o tratamento de Transtornos por Uso de Substâncias (TUS). O TUS trata-se do termo usado pelo DSM-V (2014) e “consiste na presença de um

¹ Rafaela Aguiar Ferreira Caminha, graduanda em Psicologia da Faculdade São Lucas, 2022. E-mail: rafaelacaminha721@outlook.com

² Ângela Gomes da Silva, graduanda em Psicologia da Faculdade São Lucas, 2022. E-mail: angelagomes_castro@hotmail.com

agrupamento de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos indicando o uso contínuo pelo indivíduo apesar de problemas significativos relacionados à substância”.

Em geral, essas comunidades se localizavam em zonas rurais e estavam ligadas a entidades religiosas. Essa configuração passou a mudar a partir do ano de 2001, com a criação da primeira resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sobre as CTs, que dispõe que se trata de “serviços urbanos ou rurais”, passando a se caracterizar pelo método de funcionamento de atendimento psicossocial e em regime de residência (SILVA; COHN, 2018).

As CTs vêm ganhando muito espaço no Brasil, com cerca de quase 2000 instituições funcionando na pesquisa realizada pelo Ipea em 2018. Essas instituições foram regulamentadas através da Portaria nº 3.088/2011, aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial instituídas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma das características dessa instituição é o isolamento dos internos, oferecendo um tratamento residencial fechado e embasado em uma brusca mudança de ambiente do indivíduo e de seus comportamentos para a devida reabilitação, que muitas vezes é apoiada na lógica da abstinência e exclusão social (BARCELOS; *et al*, 2021).

Considerando esse isolamento existente nas CTs, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico sobre essa temática, com a finalidade de investigar e responder o problema que norteou a construção desse artigo: “quais impactos psicológicos, devido ao isolamento nas comunidades terapêuticas, são apontados pela literatura científica publicada entre os anos de 2015 e 2021?”, com as hipóteses de que o isolamento dentro das CTs gera impactos psicológicos prejudiciais aos sujeitos internados nessas instituições, e que é pouco tratado na literatura publicada entre os anos de 2015 e 2021 a respeito dos impactos psicológicos do isolamento dentro das CTs.

O objetivo do presente artigo foi discutir sobre os impactos psicológicos advindos do isolamento em CTs para pacientes que vivenciam o TUS. Com isso, tem-se o intuito de contribuir em dar visibilidade social e científica ao processo de tratamento ofertado nesses espaços, para assim, buscar por novas práticas e novos caminhos, construídos através da cientificidade e suas produções, que têm suma relevância para aprofundar essa temática e tecer novos olhares a respeito do tratamento asilar nessas instituições.

Dessa forma, a realização deste artigo justifica-se pois é possível refletir sobre os impactos psicológicos resultantes do isolamento nas CTs e, assim, contribuir com o rompimento da invisibilidade que envolve essa questão, expressa na carência de estudos aprofundados sobre o assunto.

Além disso, as autoras se motivaram por essa temática após a realização de um estágio básico em uma CT feminina, sendo possível dessa forma presenciar um pouco do tratamento ofertado na CT em questão, e diante disso, observar o isolamento existente foi algo que provocou inquietação e interesse pela temática.

1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1.1 A caracterização das Comunidades Terapêuticas

Através da Portaria nº 3.088/2011, as Comunidades Terapêuticas (CTs) foram regulamentadas aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial e instituídas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo desenvolvidas como uma possibilidade que pudesse romper com o viés médico-higienista vigente no Brasil na atenção a usuários de álcool e drogas. Apesar disso, a literatura brasileira sobre as CTs relata o retrocesso que acompanhou sua implementação e desdobramentos até os dias atuais, e os impactos que cercam a saúde mental de indivíduos adictos nas últimas décadas (SANCHES; VECCHIA, 2018).

Apesar dos avanços proporcionados pela Reforma Psiquiátrica, as CTs ainda têm muito a superar em relação a determinadas concepções mercadológicas e de caráter manicomial que as regem, tendo em vista a complexidade que envolve o TUS e as consequências psicológicas recorrentes dos modelos atuais em saúde mental (PASSOS *et al.*, 2021).

Os achados da pesquisa de Barcelos *et al.* (2021) apontam para uma destituição de liberdade, subjetividade e identidade a qual essas instâncias muitas vezes acarretam, em prol de uma suposta recuperação do indivíduo.

Acontece que as CTs oferecem um tratamento residencial fechado e embasado em uma brusca mudança de ambiente do indivíduo e de seus comportamentos para a devida reabilitação, que muitas vezes é apoiada na lógica da abstinência e exclusão social. Essas concepções geralmente desconsideram os fatores históricos, sociais e econômicos em que está atravessado o TUS, responsabilizando inteiramente o

usuário e ignorando as dimensões complexas que o envolvem (BARCELOS; *et al*, 2021).

É válido destacar o que Carvalho, Madeira Neri e Farias (2020) discorrem sobre alguns dos pilares que regem essas CTs, sendo eles: convivência, trabalho e espiritualidade, todos apoiados em uma concepção individualista do tratamento, indo a desencontre aos princípios antimanicomiais que prezam por inclusão e compreensão para com esses usuários.

Em uma revisão sistemática de literatura, Silva e Calheiros (2017) discorrem sobre a grande parte da equipe ser composta por ex-internos dessas CTs, havendo uma escassez de profissionais especializados no tratamento do TUS. Além disso, há também precariedade financeira em muitas dessas instituições, que encontram o viés religioso como única alternativa de tratamento.

Pesquisas de 2016 realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) sobre Comunidades Terapêuticas no Brasil apontam que 82% do total das CTs brasileiras são vinculadas a igrejas e organizações religiosas, corroborando achados da literatura, como das autoras Bardi e Garcia (2022), que apontam o viés religioso desses dispositivos, que trazem grandes repercussões no percurso das políticas públicas para a questão da dependência de álcool e drogas até aqui instituídas.

Barcelos *et al.* (2021) alertam também sobre as abordagens de cunho religioso que são empregadas nas CTs, que desconsideram os aspectos subjetivos dos indivíduos e os induz a condutas desmoralizantes e violadoras de suas concepções de vida e crenças. Sobre isso, Ferrazza *et al.* (2017) apontam ainda um retrocesso a velhas perspectivas moralistas e punitivas que por um longo tempo permearam os modelos brasileiros de saúde, que relacionavam a problemática do TUS a desvios religiosos, possessões demoníacas, atos pecaminosos, dentre outros.

Além desse viés religioso e assistencialista que muitas CTs ainda promovem aos usuários submetidos a essas instituições, estes ainda se deparam com um ambiente estranho, desconhecido e com modificações habituais, passando a conviver em grupo, executando tarefas impostas por essas CTs, além de outras mudanças que, muitas vezes, podem levar os internos a renunciarem sua identidade em prol das ideologias lá instituídas (BARDI; GARCIA, 2022). Segundo Natalino (2018), a metodologia vigente nas CTs possui um caráter corretivo e direcionado a indivíduos improdutivos e indisciplinados, que, juntamente com os pressupostos e rotinas

impostas nessas comunidades, inviabilizam a autonomia e singularidade desses sujeitos.

É importante destacar também que as discussões em torno da problemática do TUS, que muitas vezes se restringem ao prisma da segurança pública e à questão da drogadição, acabam desconsiderando os aspectos políticos e econômicos que subjazem as práticas em saúde no Brasil em sua conjuntura atual. Além disso, esses impasses ao enfrentamento dessa questão, são atravessados por um cenário estigmatizado e rejeitado pela sociedade (BOLONHEIS-RAMOS; BOARINI, 2015).

Além do exposto, cabe pontuar que todas essas problemáticas remetem às tentativas realizadas pela Psicologia e outras áreas da saúde de afastar a temática das drogas de uma perspectiva criminal e a fortalecê-la como pertencente ao âmbito da saúde pública, bem como incentivar estratégias e dispositivos focados na desinstitucionalização de pacientes adictos, o que, de certa forma, está em contradição às propostas realizadas nas CTs (LIMA, 2017).

Infelizmente, quando se trata de questões relacionadas ao TUS, há grandes entraves referentes aos tratamentos e um enorme contingente de estigmatização que potencializa as muitas falhas na saúde brasileira e conduz sujeitos adictos ao isolamento e discriminação (PASSOS *et al.*, 2021).

1.1.2 A invalidação do sujeito adicto e de sua identidade

Cordeiro (2013) traz em seu capítulo sobre modelos teóricos para explicar o TUS, a visão de um modelo moral, em que o uso de substâncias psicoativas não é algo novo no contexto brasileiro, e as concepções preconceituosas de décadas atrás ainda constituem o olhar sobre esse cenário. Ainda em Cordeiro (2013), é comum um sujeito que tem problemas relacionados ao uso indevido de álcool e drogas ser considerado alguém indigno de humanidade e compreensão, e que seus esforços para o devido tratamento envolvem questões estritamente relacionadas à competência e atributos pessoais.

As Comunidades Terapêuticas, por ainda estarem apoiadas em uma lógica assistencialista e de perspectiva cristã, consideram que os caminhos pertinentes à cura do TUS perpassam uma série de preceitos morais e fé divina. Isto é um grande empecilho na abordagem correta desses pacientes e nas formas apropriadas de tratamento que levem a eficácia e reabilitação segura. Além disso, oferece uma

prerrogativa heterogênea da recuperação e banalização das dificuldades verdadeiramente intrínsecas ao TUS (IPEA, 2017).

Segundo Sanches e Vecchia (2018) há certa carência de um olhar integral e abrangente ao indivíduo adicto, que o acolha em suas demandas e singularidades e que não o limitem a condutas institucionalizadas que acabam por isolar e afastá-los ainda mais no percurso da reinserção social.

Esses pressupostos de individualização que recaem sobre o indivíduo adicto, e a presunção de que a sua recuperação depende única e exclusivamente de si, podem levar ao agravamento da saúde mental e comprometer o avanço pretendido. É uma problemática que também se encontra presente na construção do estigma sobre o TUS na sociedade, que muitas vezes enxerga esses indivíduos como delinquentes ou não merecedores de um tratamento humanizado (BOLONHEIS-RAMOS; BOARINI, 2015).

De acordo com Souza, Nunes e Santos (2018) o direcionamento de tarefas cotidianas e mudança de hábitos inseridos nas CTs buscam romper integralmente com a vida que o indivíduo possuía e ignoram que ele não é só um sujeito adicto, mas um ser humano múltiplo e complexo, sujeito a transformações e detentor de experiências que, querendo ou não, fazem parte de sua história.

Submeter pacientes a um tratamento residencial fechado e com diversas normativas voltadas a conduta e moral, impactam violentamente as suas vivências subjetivas, invalidam sua identidade e desconsideram o percurso que indiretamente - ou não - influencia em suas perspectivas de recuperação (SOUZA; NUNES; SANTOS 2018).

Ainda, Miranda (2015) cita alguns preceitos que sustentam a temática da reabilitação de sujeitos adictos. Dentre eles, as concepções de viés moralista e religioso, que regem a maioria das CTs brasileiras e que consideram o TUS como um desvio de conduta que pode ser ajustado de acordo com os princípios cristãos. Outro preceito levantado pelo autor remete ao modelo médico-biológico, alinhado a práticas violentas de abstinência e ações repressivas em sua abordagem. No fim, ambos são modelos excludentes e violentos, mas que pertencem à sociedade.

Além do caráter religioso que essas instituições oferecem como alternativa para reabilitação, o isolamento social é um dos grandes alicerces dentro das perspectivas das CTs. Os indivíduos ficam um longo tempo fora de seu convívio habitual, muitas

vezes não podendo comunicar-se com familiares, amigos e entes queridos (MÉLLO; MOURA; GALINDO, 2018).

Tudo isso está alinhado a uma lógica de mudança de contexto pessoal, imposição de normas sociais, que representam uma grande falha ao tratar a questão do TUS mais como uma entidade moral, do que como um dispositivo de saúde focado na qualidade de vida de seus pacientes. Todas essas questões repercutem na saúde mental dos usuários das CTs, destacando-se a intensa culpabilização de si, submissão demasiada e sofrimento psíquico (MÉLLO; MOURA; GALINDO, 2018).

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, de cunho qualitativo e bibliográfico, com classificação exploratória, foi desenvolvida a partir da análise de artigos científicos encontrados nas plataformas de busca: Scielo, BVS, Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e; um capítulo do livro: Comunidades terapêuticas: temas para reflexão, publicados entre os anos de 2015 e 2021, utilizando as palavras-chaves: Comunidades Terapêuticas e Isolamento.

De início, realizamos uma pré-seleção a partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos e posteriormente a leitura dos resultados, métodos e considerações finais, para assim selecionarmos o material que respondesse a nossa pergunta que norteou a construção dessa pesquisa: “quais impactos psicológicos, devido ao isolamento nas comunidades terapêuticas, são apontados pela literatura científica publicada entre os anos de 2015 e 2021?”. Após a seleção do material bibliográfico, foi feita a leitura, fichamento e categorização dos conteúdos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados quatro artigos e um capítulo de livro, publicados entre os anos de 2015 e 2021, que tratassem da temática “isolamento nas CTs e os impactos psicológicos ocasionados aos internos dentro dessas instituições”. Cabe ressaltar que pouco foi encontrado sobre essa temática. Informações sobre o material bibliográfico analisado, como título, autores, dados de publicação e características metodológicas estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Informações do material bibliográfico analisado

Título	Autor	Estado e ano	Método	Local de publicação
Adesão aos princípios da Comunidade Terapêutica e processo de mudança ao longo do tratamento.	BARBIERI, Valéria; SANTOS, Manuel Antônio dos; SCADUTO, Alessandro Antonio.	SP 2015	Entrevista semiestruturada com os internos da CT; Inventário Multifásico Minnesota de Personalidade (Improved Readability Form); e Teste de Apercepção Temática (TAT)	SciELO; BVS
A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas.	BARCELOS, Klindia Ramos; ARAÚJO, Maristela Dalbello; QUINTANILHA, Bruna Ceruti; WANDEKOKE N, Kallen Dettmann.	ES 2021	Qualitativa; Entrevistas semiestruturada com os internos da CT	SciELO; CAPES
Comunidades Terapêuticas: um Relato de Experiência sob o Olhar da Psicologia Comunitária.	CARVALHO, S. T. A.; MADEIRA NERI, B. C.; FARIAS, I. C.	CE 2020	Relato de experiência	Google Acadêmico; PSI UNISC
Sentidos construídos sobre a internação em comunidades terapêuticas com pessoas em tratamento pelo uso de drogas.	MELO, Mariane Capellato; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça.	SP 2018	Qualitativa; Descritiva; Entrevistas semiestruturada com internos da CT	CAPES
Isolamento, disciplina e destino social em Comunidades Terapêuticas	NATALINO, Marco Antônio Carvalho	Várias regiões 2018	Qualitativa; Pesquisa de campo Entrevistas com trabalhadores, dirigentes e	Livro: Comunidades terapêuticas:

Fonte: elaborada pelas autoras.

3.1 RESULTADOS POSITIVOS DO TRATAMENTO EM COMUNIDADE TERAPÊUTICA

No artigo “Adesão aos princípios da Comunidade Terapêutica e processo de mudança ao longo do tratamento”, a pesquisa foi realizada em uma CT com funcionamento como Organização Não-Governamental (ONG), com equipe composta por ex-internos e profissionais de saúde como apoio, localizada na zona rural, com ênfase na convivência, no trabalho, atividades religiosas e utilizando o Método dos 12 Passos. Participaram dessa pesquisa sete homens com idades entre 20 e 35 anos que estavam no início do tratamento e não apresentavam déficit cognitivo, complicações neurológicas e/ou histórico psiquiátrico para comorbidade (BARBIERI; SANTOS; SCADUTO, 2015).

Os autores Barbieri, Santos e Scaduto (2015) da pesquisa em questão, trazem que, a partir dos resultados obtidos, o tratamento fornecido por essa CT, promove melhoras no funcionamento psicológico dos seus usuários, em diferentes graus e dependendo do nível de integração dos recursos da personalidade. A partir dos métodos desenvolvidos, puderam perceber melhora no controle dos impulsos em todos os participantes, desenvolvimento de comportamentos mais maduros, maior confiança, menor intensidade de comportamentos antissociais e menor sofrimento psíquico.

3.2 CRÍTICAS ÀS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E OS IMPACTOS CAUSADOS

Em contraponto à pesquisa citada no tópico anterior, todos os demais trabalhos analisados tecem críticas ao modo de tratamento ofertado pelas CTs. Foram encontradas questões que se repetem nessas pesquisas, em relação à reclusão, culpabilização dos internos, ajustamento dos sujeitos às normas morais e sociais, renúncia do eu, perda da autonomia, e dificuldades no pós CT.

Na pesquisa intitulada “Sentidos construídos sobre a internação em comunidades terapêuticas com pessoas em tratamento pelo uso de drogas”, as autoras puderam identificar construções que apontavam na direção das CTs como espaço de reclusão, onde os participantes da pesquisa relatavam se sentirem trancados, com alguns inclusive comparando com prisão no regime semiaberto (MELO; CORRADI-WEBSTER, 2018).

Essa comparação das CTs com instituições prisionais remete a uma visão criminalista quanto à vivência do TUS por esses sujeitos. Um dos preceitos desses espaços expostos por Miranda (2015) é de um viés moralista e religioso, vendo o TUS como um desvio de conduta que pode ser ajustado de acordo com os princípios cristãos. Muitas vezes esses sujeitos vão a essas instituições em busca de tratamento já com sentimento de culpa por estarem vivenciando isso, e encontram nesse tratamento ofertado uma retroalimentação dessa culpa. E como já exposto acima, um dos achados nessas pesquisas foi a culpabilização dos sujeitos.

Na pesquisa “A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas”, os autores também trazem achados sobre o confinamento como gerador de saudade da família e experiências de estresse emocional e psicológico (BARCELOS *et al*, 2021). Em “Comunidades Terapêuticas: um Relato de Experiência sob o Olhar da Psicologia Comunitária” também há dados sobre um tratamento que enclausura o indivíduo e o faz perder sua autonomia (CARVALHO; MADEIRA NERI; FARIAS, 2020).

As autoras Melo e Corradi-Webster (2018) trazem em sua pesquisa Alves (2009 *apud* MELO; WEBSTER, 2018) que expõe as práticas empregadas pelas CTs como culpabilizantes de seus usuários, os responsabilizando sobre a possibilidade ou não de tratamento. As autores ainda trazem que é esta visão que justifica o isolamento desses sujeitos, pois eles que precisam de tratamento, não interessando o contexto em que estão inseridos fora da CT (MELO; WEBSTER, 2018).

Pode-se dizer, em outras palavras, que, essas pessoas precisam se adequar às normas e à moral impostas pela sociedade, independentemente de estarem ou não inseridas em contextos que facilitam o uso contínuo de substâncias psicoativas, seja pela localidade, ou pelo desamparo e inexistência de uma rede de apoio. Nas outras pesquisas analisadas observou-se essa mesma visão nas CTs, direcionadas aos seus usuários.

Outro fator que se repete nas pesquisas analisadas é a perda da autonomia dos sujeitos que se submetem ao tratamento nas CTs. As pesquisas apontam um tratamento infantilizado, com castigos e correções que visam discipliná-los a adotar o comportamento desejável pela instituição (MELO; WEBSTER, 2018), apagando-se a personalidade dos seus usuários, os coagindo a viver a rotina da CT, uma rotina que gera adoecimento no indivíduo (CARVALHO; MADEIRA NERI; FARIAS, 2020).

Na pesquisa de Barcelos e outros autores (2021), os participantes destacaram que a internação não objetiva cuidar das pessoas que fazem uso das substâncias psicoativas, mas sim reeducá-las, com uma mudança de vida, hábitos e sentimentos. Dentro desse ajustamento dos sujeitos, ainda é incluída a questão religiosa, onde não há respeito às crenças prévias do usuário (MELO; CORRADI-WEBSTER, 2018), e estes precisam seguir a rotina das celebrações diárias (CARVALHO; MADEIRA NERI; FARIAS, 2020)

Trata-se de um apagamento do sujeito, onde essas pessoas precisam renunciar a quem são para se adequarem as normas impostas, e, com isso perdem a autonomia sobre suas vidas. Diante do exposto, poder-se-á levantar a reflexão de que o tratamento findará em um dado momento, e essas pessoas talvez sairão da CT sabendo cumprir normas sociais e ajustadas a sociedade, no entanto, levantamos aqui o questionamento quanto a saberem tomar decisões assertivas sozinhos, já que como pudemos analisar nas pesquisas selecionadas, não foram instigadas a fazerem isso durante o tratamento.

Na pesquisa de Natalino (2018) para o Ipea, ele pode encontrar que esses espaços isolam o indivíduo, o que resulta na retirada de alguns apoios contra ataques à sua identidade. A aprendizagem e ajustamentos às normas institucionais da CT geram ansiedade nos seus usuários quanto ao retorno à vida fora desse espaço e inadaptação ao convívio na sociedade. Além disso, o autor também observa que com o retorno à sociedade e à disponibilidade do objeto de adicção, sem o suporte terapêutico, a pessoa geralmente reincide.

Dados sobre as dificuldades pós-CT é algo que se repete em três das pesquisas analisadas, visto que os sujeitos retornam ao convívio social e encontram dificuldades, tanto com relação ao convívio com as outras pessoas, quanto a lidar com tudo que perdeu enquanto estava em tratamento, além da dificuldade em conseguir

emprego. E as CTs não preparam efetivamente essas pessoas para o retorno à vida em sociedade.

Diante das pesquisas, é possível perceber que todas essas questões a serem enfrentadas após o tratamento gera sofrimento nessas pessoas, e nesse momento elas já não têm mais apoio da instituição, a não ser que continuem trabalhando na CT, o que é muito comum acontecer, sendo grande parte que compõe a equipe ex-internos da CT.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do tema, Impactos Psicológicos Advindos do Isolamento em Comunidades Terapêuticas, que atuam no tratamento de Transtornos por Uso de Substâncias (TUS), permitiu que através da pesquisa bibliográfica realizada pudéssemos observar que, o isolamento tem como consequência nos adictos danos psicológicos, emocionais e sociais na vida desses sujeitos.

O tratamento ofertado por essas instituições contribui para a intensa culpabilização de si, submissão demasiada e sofrimento psíquico advindos da rotina e doutrinas existentes nessas comunidades terapêuticas. As tarefas impostas causam mudanças buscando interromper a vida que antes esse sujeito adicto possuía, ignorando as transformações e experiências dele.

Portanto, submeter os pacientes a um tratamento com quantidade considerável de regras e normas de conduta moral que os invalida e os isola da sociedade vem ocasionar impactos na sua subjetividade, dificultando um tratamento eficaz que considere o todo, além de dificultar adesão ao tratamento, o que pode vir a resultar em desistências e/ou reincidências.

Cabe também levantar aqui a importância de mais investimento nos aparelhos pertencentes as políticas públicas de saúde, como os CAPS-AD, pois devido a sua incapacidade de atender ao quantitativo de demanda existente, o tratamento nas comunidades terapêuticas torna-se para muitos sujeitos que sofrem com o TUS, o único possível.

No entanto, enquanto isso não se torna uma realidade possível no Brasil, é de extrema importância inspeções mais significativas quanto a essas instituições, para quem sabe assim, diminuir os impactos ocasionados em seus internos, aumentando

a eficácia do tratamento, considerando não só a abstinência e ajustamento as normas sociais e morais, mas também a qualidade de vida e bem estar desses indivíduos.

Por fim, vale ressaltar ainda a escassez de pesquisas encontradas voltadas a temática dos impactos psicológicos resultantes do tratamento ofertado nessas CTs, nos anos á quais essa pesquisa se delimitou. Esperamos com essa pesquisa favorecer maior interesse nessa temática, afim de implicar mais a Psicologia com relação ao tratamento nessas CTs, desenvolvendo novas pesquisas que aprofundem o conhecimento e contribua para novas possibilidades mais efetivas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARCELOS, K. R. et al. **A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas**. Saúde em Debate [online]. 2021, v. 45, n. 128, p. 130-140. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202112810>>. Acesso em: 27 set. 2021.

BARDI, G.; GARCIA, M. L. **Comunidades terapêuticas religiosas**: entre a salvação pela fé e a negação dos seus princípios. Ciência & Saúde Coletiva, 27 (04), 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/VXFttJV983s9xjWsvfybPzg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BOLONHEIS-RAMOS, R. C. M.; BOARINI, M. L. **Comunidades terapêuticas**: “novas” perspectivas e propostas higienistas. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2015, v. 22, n. 4, p. 1231-1248. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400005>>. Acesso em: 28 set. 2021.

CARVALHO, S. T. A.; NERI, B. C. M.; FARIAS, I. C. **Comunidades Terapêuticas**: um Relato de Experiência sob o Olhar da Psicologia Comunitária. PSI UNISC, p. 131-141, 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/download/14811/8903>>. Acesso em: 03 out. 2021.

CORDEIRO, Daniel Cruz. **Dependência química**: conceituação e modelos teóricos. In: ZANELATTO, N. A; LARANJEIRA, R. O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo- comportamentais. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FERRAZA, D. A. et al. **Comunidades Terapêuticas em novas configurações do manicomialismo**. ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade, vol. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2106/1501>>. Acesso em: 01 out. 2021.

LIMA, R. C. C. **As comunidades terapêuticas religiosas e a política social de drogas**. Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. Espírito Santo, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/luacl/Downloads/Igarcia,+As+comunidades+terap%C3%AAuticas+religiosas+e+a+pol%C3%ADtica+social+de+drogas.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

IPEA. Nota técnica: **PERFIL DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS BRASILEIRAS**. 2017.

MIRANDA, T. A. **Comunidades terapêuticas no Brasil: história, política e ideologia**. Monografia (Especialização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas) – Universidade de Brasília. Brasília, p. 63, 2015.

MELO, Mariane Capellato; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça. **Sentidos construídos sobre a internação em comunidades terapêuticas com pessoas em tratamento pelo uso de drogas**. Periódicos-CAPES, 2018. Disponível em: >https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_d094ed5831274e0ab33185170eebdfaa<.

MÉLLO, R. P.; MOURA, M.; GALINDO, D. **Atendimento terapêutico ou modelos que confinam?** Comunidades Terapêuticas em xeque. Mnemosine, n. 14, 149-166, 2018.

NATALINO, M. A. C. **Isolamento, disciplina e destino social em comunidades terapêuticas**. In: Comunidades terapêuticas: temas para reflexão. Organizadora: Maria Paula Gomes dos Santos. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

PASSOS, et al. **A (re)manicomialização da Política em Saúde Mental em tempos bolsonaristas**: a revolta do eletrochoque e das internações psiquiátricas. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v.13, n.37, p.42-64, Florianópolis, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Andrea/Downloads/80618-Texto%20do%20Artigo-316227-1-10-20211210.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

SANCHES, L. R.; VECCHIA, M. D. **Reabilitação psicossocial e reinserção social de usuários de drogas**: revisão da literatura. Psicologia & Sociedade, 30, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/99nkdwgFwnDMBzNNBx68G8R/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

SCADUTO, A. A.; BARBIERI, V.; SANTOS, M. A. dos. **Adesão aos Princípios da Comunidade Terapêutica e Processo de Mudança ao Longo do Tratamento**. SciELO - Scientific Electronic Library Online, 2015. Disponível em: ><https://doi.org/10.1590/1982-3703000792013><.

SILVA, C. M.; COHN, A. **COMUNIDADES TERAPÊUTICAS**: Proposta de Tratamento para a dependência de substâncias psicoativas e os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Política Nacional de Saúde Mental. Unisanta Law and Social Science, vol. 7, n. 3, p. 3-21, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.unisanta.br/index.php/lss/article/view/1700/1397>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SILVA, L. G. S.; CALHEIROS, P. R. V. **Práticas empregadas no tratamento para dependentes de substâncias psicoativas em comunidades terapêuticas brasileiras**: uma revisão sistemática da literatura entre 2005-2015. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, v.9, n.23, p.67-83, 2017.

SOUZA, L. C.; NUNES, M. C.; SANTOS, M. P. G. **Tempo e subjetivação em comunidades terapêuticas**. In: Comunidades terapêuticas: temas para reflexão. Organizadora: Maria Paula Gomes dos Santos. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.